



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



CMU 0014/4 - LEI 15/04/2024 12:54

**Projeto de Lei n.º 088/2024-Poder Executivo.**

**Projeto de Lei N.º 131 /2024.**

**Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025, compreendendo o orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I  
Da Estimativa da Receita e da Fixação da Despesa**

**Art. 2º** A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em **R\$ 490.679.174,12** (quatrocentos e noventa milhões, seiscentos e setenta e nove mil, cento e setenta e quatro reais com doze centavos).

**Art. 3º** A estimativa da Receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente.

**Art. 4º** Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei n.º 5.777/2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025”, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

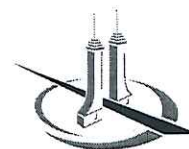
**Seção II  
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, na Administração Direta e Indireta, observados os artigos 8º, 9º e 13, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, mediante a utilização dos recursos:

I – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, até o limite de 10% (dez por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional por reestimativa, ou despesa fixada no caso de entidades que não possuam receitas próprias, sendo vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais impositivas a Lei Orçamentária Anual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



II – da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais;

III – de excesso de arrecadação proveniente:

a) de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

b) de recursos livres;

IV – de superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

Parágrafo único. O limite para abertura de créditos suplementares previsto no inciso I, deste artigo, é autorizado individualmente para a administração direta e para cada entidade da administração indireta.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

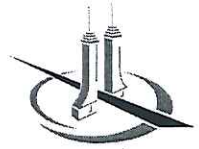
**Gabinete do Prefeito, em 14 de outubro de 2024.**

RONNIE  
PETERSON  
COLPO MELLO  
00242023045

Assinado digitalmente por RONNIE  
PETERSON COLPO MELLO:  
DN: CN=RONNIE  
OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB - CPF A3, OU=  
\*IEM BRANCO\*, OU=20241020000105,  
OU=Secretaria, CN=RONNIE  
PETERSON COLPO MELLO:  
DN=RONNIE  
Data: 2024.10.15 11:26:07



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Justificativa**

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso **Projeto de Lei n.º 088/2024** que “**Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025**”.

O presente projeto dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2025, com estimativa de Receita e Fixação da Despesa referentes aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta.

Importa mencionar que o orçamento do Município, foi elaborado em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas, observando-se a Lei Complementar n.º 101, de 2000, que prevê igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência.

Esta sistemática transforma as três peças orçamentárias (PPA – LDO e LOA) em um único instrumento, permitindo um controle mais efetivo da execução orçamentária.

Confiante, reitero protestos de consideração e apreço.

**Atenciosamente,**

**RONNIE  
PETERSON  
COLPO MELLO**  
00242023045

Assinado digitalmente por RONNIE  
PETERSON COLPO MELLO:  
00242023045  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),  
CN=20085105000106, OU=Presencial,  
CN=RONNIE PETERSON COLPO  
MELLO-00242023045  
Data: 2024-10-15 11:25:42